

Resenha Socialismo: Uma Análise Econômica e Sociológica

Marcel Pereira Bernardo¹  0000-0003-3713-0231

Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, Brasil

Resenha do livro: MISES, Ludwig von. Socialismo: uma análise econômica e sociológica. São Paulo: Editora Konkin, 2021. <https://rothbardbrasil.com/socialismo-uma-analise-economica-e-sociologica/>

Ludwig von Mises escreveu a obra “Socialismo: uma análise econômica e sociológica” na primeira metade do Século XX. À época, o socialismo estava em voga não tanto por sua fundamentação teórica, mas pelo apelo discursivo de justiça social e igualitarismo perante as massas. Como Mises destaca, o socialismo estava derrotado intelectualmente até recobrar as forças a partir das obras de Marx. A partir da influência deste, várias propostas socialistas floresceram e cada grupo nascente alegava defender o “verdadeiro” socialismo. Foi questão de tempo para até mesmo os anti-socialistas, ainda que inconscientemente, passassem a pensar através do *modus operandi socialista*. Para aprofundar e alargar o tema discutido, o autor austríaco fornece uma crítica às mais variadas formas de socialismo. Portanto, a obra não se resume ao marxismo, mas estende sua análise também aos denominados anti-marxistas que defendiam outras variações de socialismo. Em cada discurso, Mises nota como os socialistas foram bem-sucedidos em penetrar suas ideias, sobretudo na elite intelectual. Conforme Mises relata, o ar de uma suposta superioridade moral permeou a imaginação dos adeptos do socialismo. Em suma, os socialistas seriam aqueles que transcenderam os limites dos interesses de classe e atingiram o próximo patamar evolutivo social, sendo, em teoria, desinteressados, imparciais, altruístas, científicos.

Eis o cenário intelectual e cultural que Ludwig von Mises tinha diante de si, que, sendo forçoso admitir, não é muito diferente do quadro atual. Isso serve para ilustrar o quão rele-

¹Mini-bio: Marcel Pereira Bernardo é economista formado pela Universidade Nove de Julho (2018), autor do livro A história monetária: da origem do dinheiro às criptomoedas (2018), editora Novas Edições Acadêmicas. E-mail: economista.marcelbernardo@gmail.com

vante e atual é a obra de Mises. Ao longo da obra, Mises se debruça sobre vários aspectos da vida social segundo o socialismo e quais os desdobramentos de uma coletivização dos meios de produção sobre o Direito, relações econômicas, organização familiar, religião e princípios éticos, democracia e representatividade política, manifestação artística e cultural, noção de evolução histórica, entre outros. Sem sombra de dúvidas, trata-se de uma obra bastante ampla e que demonstra cabalmente a impossibilidade do socialismo em termos práticos não só no âmbito econômico, mas em cada ponto particular da vida humana.

O livro está distribuído em cinco partes que confrontam diretamente os pilares da ideologia socialista. A primeira trata da distinção entre as ideias liberais e socialistas desde sua gênese histórica e filosófica; a segunda parte discorre sobre a economia em uma hipotética comunidade socialista; a terceira trata sobre a alegada inevitabilidade do socialismo como superação das contradições capitalistas; a quarta se debruça sobre a suposta superioridade moral do socialismo; por fim, a quinta parte aborda um tema pouco tratado pelos críticos do socialismo: o destrucionismo. A presente resenha analisará cada uma delas.

PARTE I

A Parte I expõe a gênese da divergência entre liberais e socialistas: a propriedade. Mises define a propriedade como “o poder de usar bens econômicos”, ressaltando que a lei confere respaldo ao proprietário. Após isso, o autor parte para o significado de propriedade privada dos meios de produção. O autor se ancora nos conceitos de Böhm-Bawerk sobre bens de primeira ordem, isto é, aqueles bens prontos para o consumo, e bens de ordens superiores, ou seja, bens em processo de produção, para enfatizar que, como um a produção perpassa diferentes estágios, pode-se dizer que a propriedade é compartilhada entre produtores e consumidores ao longo do tempo; quando em estágios de ordens superiores, pertence ao produtor e quando em estágios de bens de primeira ordem, pertence ao consumidor. Essa posse, no entanto, sempre será privada uma vez que não é possível um mesmo bem de consumo imediato ser aproveitado duas vezes ou por duas pessoas simultaneamente. Já os bens de produção são consumidos mais de uma vez e por diversas pessoas através das diferentes etapas produtivas.

Para Mises, portanto, define a propriedade dos meios de produção significa “o poder imediato de disposição”. Em oposição, tem-se o ideal socialista de coletivizar os meios de produção. Eis a diferença fundamental entre socialismo e liberalismo. Ambos, esclarece Mises, aceitam determinado grau de coerção estatal, mas a diferença reside em como essa coerção será utilizada. Na visão liberal, a coerção estatal deve servir para salvaguardar o império da lei e respaldar os direitos de propriedade. Já a abordagem socialista, ao desejar a abolição da propriedade privada dos meios de produção, entende que cabe ao Estado possuir, por representação dos interesses proletários, toda a propriedade e distribuir os bens que dela derivam. Feita a distinção, Mises segue para as implicações práticas de transferir a um grupo representativo, como um comitê, um partido ou um Estado, a completa tutela da economia.

Ainda na primeira parte o autor austríaco exhibe como o socialismo não pode prover bem-estar aos proletários. Em uma comunidade socialista, o trabalhador não retém para si o

fruto integral do seu trabalho; em sentido oposto, ele deve entregar sua produção para que outro indivíduo, um burocrata que, em nome da coletividade, a redistribua igualmente. O cálculo que define qual o fruto integral do trabalho deixa de ser orientado pela lógica da produção baseada na propriedade privada e passa a ser realizado de modo arbitrário por planejadores centrais. É certo, portanto, que o trabalhador, em uma comunidade socialista, estando à mercê das decisões tecnocratas de outrem, não apanha sequer o fruto de seu trabalho, quanto mais o fruto integral dele. Soma-se a isso o fato de que a primazia do coletivismo anula o indivíduo de maneira tamanha que o mesmo deixa de ser guiado pelas inclinações pessoais na hora de decidir qual será sua ocupação. Mas não só isso.

Como efeito, segundo Mises, até mesmo o sexo, a constituição familiar e os prazeres são tolhidos. Como a intenção socialista é promover a igualdade absoluta, inclusive entre os sexos, homens e mulheres são recondicionados. As “desvantagens” sexuais das mulheres são de origem natural, uma vez que a elas recai o ônus da relação sexual: a gravidez. A gestação, período que sacrifica as forças da mulher, causa um *gap* de produtividade entre os sexos. Para suprir esse desnivelamento, a sociedade baseada na coletivização dos meios de produção conduz à velha ilusão platônica: sexo apenas para satisfação física, filhos educados em creches e tutelados pelo poder central, culminando na dissolução de vínculos familiares como matrimônio e laços de paternidade e maternidade.

PARTE II

A parte II trata da impossibilidade de cálculo econômico. Aqui, Mises mergulha em uma série de considerações acerca da economia em si e ação racional. Ele demonstra que a economia, sendo uma atividade que trata da utilização de recursos para determinados fins, é, em si mesma, uma atividade racional. Por racional, entenda-se a atitude deliberada de dispor de certos meios para atingir determinados fins. Essa racionalidade, quando inserida em uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, é coordenada pelo sistema de preços. Eis o foco principal da crítica misesiana: como os preços seriam formados em uma comunidade socialista? É fato que os homens são sempre racionais, então uma comunidade socialista se basearia na adoção de meios para consecução de fins específicos. Mas a racionalidade termina aqui, pois não haveria orientação alocativa através de preços de mercado. A própria busca pela igualdade, principal objetivo socialista, é desorientada se não há possibilidade de cálculo econômico.

O autor também investiga as dificuldades econômicas em condições dinâmicas como mudanças climáticas, ciclos econômicos, alterações na produtividade, crescimento populacional, custos com burocracia, responsabilização por perdas ou queda na produtividade e comércio exterior. Estes temas causaram divergências entre os próprios revolucionários, desembocando em tipos distintos de socialismo. Assim surgiram os defensores do socialismo internacional e os socialistas nacionalistas. Dessa divisão surgiram as subclassificações como socialismo de guilda, solidarismo, sindicalismo e outros. Todos eles esbarram na falsa suposição de estado estacionário da economia ou aplicação prática do uso da propriedade coletiva dos meios de produção.

A tentativa de abolição da propriedade privada dos meios de produção resulta em um processo arbitrário de “privatização” no qual indivíduos específicos e bem conectados com o poder central passam a exercer o poder de dispor, portanto, são eles os verdadeiros proprietários dos meios de produção. Como aponta Mises, a organização socialista, longe de acabar com as contradições entre classes, acaba dividindo a sociedade em três grupos: a direção suprema, os gerentes e os cidadãos em geral. Há, em todos os casos observados, um processo de burocratização que não consegue emular a dinâmica do sistema de preços. O cerne da exposição misesiana é que sem propriedade privada dos meios de produção, não há mercado; sem mercado, não há preço de mercado; sem preços, não há informações para realizar cálculo econômico. Logo, todo corolário socialista se desmonta e a irracionalidade de seu sistema é exposta. As diversas tentativas de socialismo, como não poderia ser diferente, se mostraram insuficientes para solucionar o problema de cálculo econômico.

PARTE III

A Parte III dá enfoque no argumento suposta inevitabilidade histórica. Mises investiga a raiz socialista da crença em um estágio no qual todas as faculdades humanas serão maximizadas e a produção encontrará um ponto ótimo de modo a assegurar a todos amplo conforto e bem-estar. Essa visão de um tempo vindouro de paz e prosperidade é emprestada da religião, sendo chamada de quiliasmo ou milenarismo. A diferença, entretanto, é que a religião fundamenta o conhecimento do fim da história em um ser onisciente que revela aos homens seus divinos desígnios. No socialismo não ocorre o mesmo. Os seus defensores obviamente não possuem atributos divinos ou proféticos, mas ainda assim advogam conhecer de antemão o curso da história. É fato que não é dado ao homem conhecer o futuro em nenhuma dimensão, seja individual ou coletiva. Isso já seria suficiente para derrubar qualquer intenção de mostrar a inevitabilidade do socialismo.

Porém, como elucida Mises, os socialistas foram bem-sucedidos em envolver tão frágil crença histórica em uma aparência “científicas” através do darwinismo social, hegelianismo e materialismo filosófico. O primeiro sustenta a visão de que o movimento histórico das sociedades é sempre evolutivo. O segundo advoga pelas relações dialéticas, isto é, tese, antítese e síntese que impregnam a dinâmica social. Já o terceiro lança luz sobre as condições materiais, como aprimoramentos e inovações tecnológicas que certamente desembocará em um novo sistema ou “modo de produção”. Sobre o darwinismo social, Mises argumenta que uma teoria social no qual mais apto elimina o menos apto na verdade seria uma teoria antisocial. A questão da adaptação ao ambiente, quando atrelada à biologia, é bastante diferente do prisma das ciências sociais. Quando se fala que somente o aspirante mais adaptado para a vaga de emprego irá conquistá-la, fala-se meramente enquanto figura de linguagem.

Mas a partir do momento que as ideias do darwinismo sociológico começaram a florescer e ganhar corpo, inevitavelmente graves erros começaram a surgir. Foi o pressuposto da eliminação do menos aptos que alimentou absurdos como eugenia, supremacia racial e II Guerra Mundial. Além disso, pela discussão puramente teórica, o darwinismo sociológico não explica como a interação e colaboração social poderia nos colocar em uma rota evolutiva;

em sentido contrário, levaria as pessoas a crerem que um processo social constante de eliminação dos mais fracos ou inaptos seria o normal a acontecer e até o desejável à sociedade.

O hegelianismo, por sua vez, fomentou a visão de que a história se movimenta em sentido dialético, representado pela luta de classes. A interação colaborativa, por conseguinte, estaria restrita a grupos de mesmo interesse; desse modo, tudo além do círculo desses grupos/classes traria acirramento, conflitos, exploração e desordem que só cessariam quando atingíssemos uma sociedade sem classes. Mises, no entanto, indaga o significado de “classe”. O fato é que existem várias definições possíveis para “classe”. Para Marx, as classes se diferenciam pelos papéis que cada uma desempenha perante os meios de produção. Os detentores dos meios de produção formariam a classe dominante, enquanto que os demais seriam a classe dominada. Assim surge a clássica rivalidade entre burguesia e proletariado. O problema dessa definição reside no fato de que indivíduos pertencentes a uma mesma classe não raro demonstram interesses diversos e até antagônicos. Mediante esse entrave, os marxistas se refugiam na questão da “consciência” de classe. A classe proletária precisaria ser conscientizada de sua realidade para reconhecer sua condição de explorada. Mais, precisaria reconhecer seu próprio papel diante da história.

A contradição interna da ideologia socialista é exposta: não seria a classe proletária a grande protagonista da revolução? Por que, então, ela precisaria ser conscientizada por algum grupo intelectual? Ademais, Mises demonstra que a diferença no modo de pensar de empregadores e empregados não se dá pela ideologia ou interesses de classe, e sim pela função que cada um executa. O primeiro precisa se atentar para o desempenho de diferentes departamentos, cuidando do todo. O segundo se volta para sua própria atividade específica, dando enfoque no particular. Como se observa na prática, o dono de um pequeno estabelecimento individual, embora detenha os meios de produção, não necessariamente terá uma perspectiva de antagonismo perante qualquer assalariado. Com o tempo, a discussão naturalmente se deslocou do papel perante os meios de produção para a divisão entre ricos e pobres.

Mas o que se percebe é que as massas saíram de um estado de pobreza e puderam experimentar uma condição de vida mais elevada. O pensador austríaco esclarece que até mesmo entre os escritores socialistas esse argumento começou a desaparecer, pois as evidências apontam para a direção contrária: as nações em estágio avançado de capitalismo reduziram drasticamente a população pobre. Desse modo, A suposição de que o capitalismo produziria as condições materiais para o socialismo não se sustenta. Não se trata de uma evolução, mas involução; o socialismo não é o progresso para o próximo estágio, mas o desejo pelo regresso a uma suposta era dourada em que caçadores-coletores teoricamente dividiam igualmente os bens adquiridos ou produzidos.

Com isso, Mises demonstra que considerar o socialismo como sistema que emerge do capitalismo não passa de um exercício puramente especulativo. Afinal, mesmo que surja um outro “modo de produção” pós-capitalista, quem garante que será o socialismo tal qual programado por seus entusiastas? Ademais, é certo que uma evolução do sistema econômico e social não poderá ser alcançada com o abandono da propriedade privada dos meios de produção. E isso é o exato oposto do pretendido pelos socialistas. Ainda que um novo sistema

surja, enquanto houver propriedade privada dos meios de produção, não haverá socialismo. Logo, o socialismo, entendido como coletivização dos meios de produção, está automaticamente descartado como o “próximo estágio” que emerge no processo materialista-dialético.

PARTE IV

A Parte IV apresenta a cartada o argumento socialista de que o capitalismo aumenta a desigualdade social e por isso o socialismo é superior moralmente. Mises, assim como muitos outros estudiosos da sociedade, aponta que os princípios éticos e morais ganham impulso através de discussões acerca riqueza e pobreza, vida e morte, justiça e injustiça, entre outros. Soma-se a isso o fato que a ética e a moral funcionam como guia para o aperfeiçoamento humano. Nesse sentido, inevitavelmente a teoria ética se conecta à religião, pois esta última volta-se ao transcendente, à superação de si mesmo e a busca por uma condição existencial mais elevada. Indiscutivelmente a religião mais influente no Ocidente é o Cristianismo. Entretanto, Mises argumenta que uma vez que a religião cristã não estabelece critérios sobre como a ordem social deve funcionar, cada ideólogo pode extrair da religião aquilo que lhe convém. Por essa razão que os socialistas conseguiram êxito em abrir espaços entre os grupos religiosos, distorcendo os ensinamentos presentes no Cristianismo sobre a caridade e auxílio aos mais pobres.

Portanto, segundo Mises, a única maneira de fazer frente a uma ética socialista é através da defesa da propriedade privada dos meios de produção. A história humana recente prova que a sociedade como um todo se beneficiou da geração de riqueza e inovações produzidas pela minoria empreendedora. A riqueza geral aumentou, mesmo que algumas pessoas ricas tenham ficado ainda mais ricas. Essa verdade serve para suplantando o falso discurso que alguém precisa perder para outro ganhar. A interação social baseada na divisão do trabalho demonstra cabalmente que a economia não é um jogo de soma zero e nenhum sistema registrado na história humana foi tão bem-sucedido em produzir bens em escala para consumo das massas quanto o capitalismo. Foi a lógica de produção baseada na propriedade privada dos meios de produção que aboliu a escravidão, não um suposto imperativo moral igualitário.

Também foi essa mesma lógica que possibilitou ascensão social à multidão empobrecidas. Antes, o indivíduo era parte da plebe ou alguém conectado à nobreza por parentescos ou favores. A própria existência da classe média, por exemplo, é um fenômeno das economias de mercado. Houve um contingente enorme de pessoas deixando as condições de vida mais precárias, e, embora não tenham ficado todos ricos, o fato é que a grande maioria ficou menos pobre. Dessa forma, a busca por igualdade baseada na subtração daquele que prosperou acima da média não é de forma alguma um sistema ético, mas um sistema baseado no ressentimento. Para dar sequência ao ideal revolucionário, Mises aponta que os socialistas habilmente mascararam seus propósitos adaptando a linguagem. O intuito foi conferir atributos éticos às pautas revolucionárias. Assim, o que antes era chamado ditadura do proletariado se tornou “inclusão das minorias”; o que antes era tratado abertamente como expropriação agora se chama “democratização”.

Eis aqui o termo mais empregado pelos socialistas: democracia. Como Mises aponta, inicialmente a democracia se limitava ao foro político. Foi o movimento revolucionário que o expandiu e conferiu outro significado para aludir à escolha das massas na esfera econômica. Segundo o argumento socialista, a democracia só seria completa quando a classe proletária assumisse as rédeas da política e economia. Mas o controle e o dirigismo da vida econômica fatalmente avançam para outras esferas da vida social. Não coincidentemente, todas as sociedades que avançaram no projeto socialista terminaram em ditaduras. Portanto, no socialismo não há democracia alguma no sentido político da palavra, tampouco no sentido econômico.

O mesmo não ocorre no sistema liberal. A democracia política, conforme a visão de Mises, é perfeitamente conciliável com os princípios liberais, pois, além de fragmentar o poder do governante em exercício, serve para a alternância pacífica de poder. Já pelo prisma econômico, a crítica socialista é de que os capitalistas não produzem aquilo que as massas desejam e sim aquilo que dá lucro, independentemente dos efeitos sociais. Essa afirmação, dizem os socialistas, se evidencia pelo fato de que muitos produtos nocivos à saúde, como certos alimentos, drogas como álcool e tabaco, entre outros, são comercializados abertamente em um sistema de livre mercado. Mas todas essas objeções surgem da má compreensão da dinâmica do mercado. Primeiramente é preciso deixar claro que nenhum produto permanece disponível se não houver demanda. Se há demanda, há desejo. Se há desejo, não tem como afirmar que o capitalista produz algo contra a vontade do respectivo público-alvo.

Aqui, Mises demonstra que é possível discorrer sobre a economia de mercado como um grande processo democrático. O público, livre de qualquer amarra coercitiva, elege os melhores produtos; cada compra realizada é como um voto dado ao produtor. Todos estão, diariamente, fazendo escolhas econômicas e há um sistema balanceando a continuidade e a eliminação dos produtores. Quanto mais livre é o mercado, maior a sua concorrência; quanto maior a concorrência, maior a possibilidade de alternância no poder. Com isso, Mises demonstra não só a incompatibilidade do socialismo com os princípios democráticos em tese aspirados pelos próprios socialistas, como também deixa explícito a superioridade da ética baseada na propriedade privada dos meios de produção.

PARTE V

A quinta e última parte é dedicada ao destrucionismo. O autor, basicamente, argumenta que, como o socialismo não pode se sustentar economicamente, nem ter fundamentação sólida eticamente, sua única finalidade é destruir aquilo que foi edificado pela civilização. Mises começa sua argumentação chamando atenção para a frente cultural. A literatura, segundo ele, foi impregnada de ideais anti-capitalistas desde o século XIX. Isso moldou o imaginário popular, deixando as pessoas em geral mais propensas ao socialismo. O romantismo, eivado de ideias fantasiosas, conseguiu vender a ideia de que tudo pode ficar bem se as pessoas forem melhores, mais altruístas. Nesse sentido, a lógica de mercado é tida como perversa e degradante aos valores morais mais elevados. Nem mesma a eficiência dos mercados em aumentar o padrão de vida das massas foi compreendida adequadamente. Sempre houve ressalva socialistas à ideia de que os indivíduos perseguem seus próprios interesses, e, nes-

se processo os interesses alheios são atendidos. Sempre houve desconfiança aos homens bem-sucedidos por eles serem demasiados gananciosos. Essa mentalidade se espalhou e é observado ainda hoje.

Disso resulta que o destrucionismo direciona-se ao capital. Bens de ordens superiores, ou seja, bens de produção, são exauridos em prol da falsa sensação de bem-estar momentâneo. Esse processo ocorre de várias maneiras: tributação, inflação, lei de salário-mínimo, seguridade social, sindicalismo compulsório e todo tipo de propostas vendidas como direitos trabalhistas. Todas essas medidas comprometem a formação de capital, levando a sociedade a um menor nível de produtividade geral. Mas como a promessa é de promoção do bem-estar presente, elas são imediatamente abraçadas. Mises demonstra que políticos e pessoas pouco instruídas economicamente tendem a adotar soluções rápidas, ainda que o custo a longo prazo seja maléfico. Mas não só os mais pobres ou a classe média se abrem para o destrucionismo do capital; as classes mais ricas veem aí uma oportunidade de concentração de poder. Com o processo de formação de capital mais dificultado, a concorrência tende a ser menor ou mais dificultada. Isso é altamente vantajoso para aqueles *players* que estão no topo. Muitos empreendedores abraçam as ideias socialistas não por uma ingenuidade utópica, mas por saberem que a aversão ao sistema de livre mercado conduz à menor competitividade. Barreiras de entrada maiores, custos mais elevados com força laboral, altos impostos e inflação só podem ser absorvidos por aqueles que detém maior volume de capital.

Todas essas medidas levam ao maior consumo de capital, e, embora traga a falsa impressão de melhorias para as massas no curto prazo na forma de direitos, estímulos econômicos ou propostas governamentais igualitárias, elas acabam deteriorando o padrão de vida geral no longo prazo justamente por impedir que a produtividade do capital atinja seu nível máximo. Com o tempo, a sociedade passa a se sentir insatisfeita e novas demandas por mais intervencionismo acabam surgindo. É essa insatisfação que mantém mentes e corações presos às promessas socialistas. A falta de compreensão econômica é expressa na confusão entre efeitos da intervenção e efeitos do livre mercado. O mercado não recomenda inflação ou confisco via tributação; tampouco é o mercado a clamar por burocracias, custos na contratação de mão-de-obra acima da produtividade marginal dos trabalhadores ou a se beneficiar com a pobreza geral. Em contrário, o mercado só consegue funcionar em seu pleno vigor se essas amarras são removidas. Ainda assim, pela falta de maior esclarecimento econômico, o mercado é o bode expiatório.

Mises finaliza sua obra indicando que a luta principal é a luta de ideias. Os sucessivos fracassos do socialismo não são suficientes para demover as aspirações dos mais idealistas. Do mesmo modo, as inúmeras conquistas alcançadas pela economia de mercado não são reconhecidas por aqueles comprometidos ideologicamente com a revolução ou intervencionismo. Muitos, por exemplo, creditam os avanços sociais à ciência e tecnologia. Essas pessoas são incapazes de perceber que ciência e tecnologia exigem recursos vultosos que somente o capitalismo conseguiu atender. Apenas uma economia baseada na propriedade privada dos meios de produção pode fornecer aumento de produtividade de maneira longa e sustentável, melhorando a vida das massas. Registros históricos ou dados estatísticos pouco servem se a

interpretação já está comprometida pela obstinação em admitir a superioridade dos mercados frente ao intervencionismo ou do capitalismo frente ao socialismo.

A saída nesse confronto de ideias não é se limitar a defender o capitalismo, mas partir para a ofensiva e confrontar os socialistas de modo a expor suas contradições internas. Quem se limita a ficar na defensiva – e esse é o caso da maioria dos liberais, conservadores e libertários de hoje em dia – é prontamente classificado como “burguês” e rechaçado pela opinião pública como alguém insensível à condição dos pobres. Os socialistas conseguem êxito no debate de ideias pois eles exigem provas e explicações, mas não são postos em igual situação. Por essa razão, a obra “Socialismo” pode ser considerado o mais importante pilar na defesa do livre mercado e no confronto de ideias, principalmente porque Mises orienta o leitor em como se portar no debate.

Os socialistas se acostumaram a interrogar os capitalistas sobre tópicos como pobreza e desigualdade como se falassem do alto de suas “cátedras”, enquanto os capitalistas, encurralados e constrangidos, limitaram-se a apresentar justificativas. Mises mostra aos defensores da economia de mercado como quebrar essa tática e inverter a situação. Não são os defensores do livre mercado que devem dar justificativas, mas os socialistas. São eles que precisam provar, contra todas as evidências históricas, econômicas, éticas e sociológicas, que possuem as melhores ideias. Indo além, os socialistas devem explicações por todas as mazelas cometidas contra a humanidade ao longo de todo o século XX. A insanidade de tornar as sociedades em meros laboratórios para suas ideias tresloucadas custou inúmeras vidas. Mises demonstra que quando os socialistas são colocados contra a parede e forçados a mostrar a lógica do sistema defendido por eles, fica evidente que todo o arcabouço supostamente “científico” cai por terra.

REFERÊNCIAS

MISES, Ludwig von. Socialismo: uma análise econômica e sociológica. São Paulo: Editora Konkin, 2021.

RECEBIDO EM: 26 SET 2022

APROVADO: 18 JAN 2023

PUBLICADO: 21 AGO 2023